



## LEI Nº024/2010

SÚMULA: Dispõe sobre o sistema viário do Município de Laranjal.

A Câmara Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Malha Viária é o conjunto de vias do Município, classificadas e hierarquizadas segundo critérios funcionais e estruturais, observados os padrões urbanísticos estabelecidos nesta Lei.

**§ 1º** A função da via é determinada pelo seu desempenho de mobilidade, considerados os aspectos da infraestrutura, do uso e ocupação do solo, dos modais de transporte e do tráfego veicular.

**§ 2º** Aplica-se à malha viária a Legislação Federal e Estadual, obedecendo ao que prescreve o Código de Trânsito Brasileiro e Legislação complementar.

**Art. 2º** Integram a malha viária do Município o Sistema Viário Municipal e o Sistema Viário Urbano, descritos e representados nos mapas Anexos I e II da presente Lei.

**Art. 3º** É considerado Sistema Viário Municipal, para fins desta Lei, as rodovias existentes no Município definidas no Mapa do Sistema Viário Municipal, Anexo I da presente Lei.

**Art. 4º** É considerado Sistema Viário Urbano, para fins desta Lei, o conjunto de vias e logradouros públicos definidos no Mapa do Sistema Viário Urbano, Anexo II da presente Lei.

**Art. 5º** São partes integrantes desta Lei os seguintes anexos:  
Anexo I – Mapa do Sistema Viário Municipal;  
Anexo II – Mapa do Sistema Viário Urbano;  
Anexo III – Modelos das Vias.

### SEÇÃO I DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES

**Art. 6º** Esta Lei dispõe sobre a regulação do sistema viário do Município de Laranjal, visando os seguintes objetivos:

- I - induzir o desenvolvimento pleno da área urbana do Município, através de uma compatibilização coerente entre circulação e zoneamento de uso e ocupação do solo, face à forte relação existente entre o ordenamento do sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio urbano;
- II - adaptar a malha viária existente às melhorias das condições de circulação;
- III - hierarquizar as vias urbanas, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego de modo a assegurar segurança e conforto;
- IV - eliminar pontos críticos de circulação, principalmente em locais de maiores ocorrências de acidentes;
- V - adequar os locais de concentração, acesso e circulação pública às pessoas portadoras de deficiências.

**Parágrafo único.** Os projetos de médio e grande porte que envolvam construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária, deverão

PUBLICADO EM 30/09/10.  
JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR



elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental, e estarão sujeitos a análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal e órgãos estaduais competentes.

## SEÇÃO II DAS DEFINIÇÕES

**Art. 7º** Para efeito de aplicação desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

- I - ACESSO – é o dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre:
- a) logradouro público e propriedade privada;
  - b) propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio;
  - c) logradouro público e espaço de uso comum em condomínio.
- II - ACOSTAMENTO – é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando:
- a) permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta;
  - b) proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para serem estacionados fora da trajetória dos demais veículos;
  - c) permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego.
- III - ALINHAMENTO – é a linha divisória entre o terreno e o logradouro público;
- IV - CAIXA CARROÇÁVEL – é a faixa da via destinada à circulação de veículos, excluídos os passeios, os canteiros centrais e o acostamento;
- V - CALÇADA ou PASSEIO – é a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres e de bicicletas quando este for dotado de ciclovia, segregada e em nível diferente à via, dotada quando possível de mobiliário urbano, sinalização e vegetação;
- VI - CANTEIRO CENTRAL – é o espaço compreendido entre os bordos internos das pistas de rolamento, objetivando separá-las física, operacional, psicológica e esteticamente;
- VII - CICLOVIA – é a via destinada, única e exclusivamente, à circulação de biclos ou seus equivalentes, não motorizados;
- VIII - ESTACIONAMENTO – é o espaço público ou privado destinado à guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;
- IX - FAIXA de DOMÍNIO de VIAS – é a porção do solo, de utilização pública, medida a partir do centro da pista para cada uma de suas laterais;
- X - "GRADE" – é a linha reguladora de uma via, composta de uma sequência de retas com declividades permitidas, traçadas sobre o perfil longitudinal do terreno;
- XI - LARGURA de uma VIA – é a distância entre os alinhamentos da via;
- XII - LOGRADOURO PÚBLICO – é o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo e outros);
- XIII - MEIO-FIO – é a linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;
- XIV - PISTA DE ROLAMENTO – é o espaço organizado para a circulação de veículos motorizados.

## CAPÍTULO II DO SISTEMA VIÁRIO

**Art. 8º** Considera-se sistema viário do município de Laranjal o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas, sendo consubstanciado nos Anexos I e II desta Lei.

PUBLICADO EM 30/09/10.  
JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR



## SEÇÃO I DA HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO

**Art. 9º** As vias do Sistema Viário são classificadas, segundo a natureza da sua circulação e do zoneamento do uso do solo, como segue:

- I - RODOVIAS DE LIGAÇÃO REGIONAL – compreendendo aquelas de responsabilidade da União ou do Estado, com a função de interligação com os municípios ou estados vizinhos;
- II - VIA ESTRUTURAL MUNICIPAL – são as que, no interior do Município, estruturam o sistema de orientação dos principais fluxos de carga com a função de interligação das diversas partes do território, dividindo-se em primárias e secundárias, conforme sua importância no acesso a outros municípios e distritos;
- III - VIA ARTERIAL OU DE ESTRUTURAÇÃO URBANA – são vias que tem a finalidade de canalizar o tráfego interno principal, interligando na área urbana ou na rural, respectivamente, bairros ou distritos;
- IV - VIA COLETORA – são as vias que coletam o tráfego das vias locais e encaminham-no às de maior fluxo;
- V - VIA LOCAL – são caracterizadas pelo baixo volume de tráfego e pela função prioritária de acesso aos lotes;
- VI - VIA MARGINAL – são vias coletoras especiais que, por margearem rodovias ou áreas de proteção permanente.

## SEÇÃO II DO DIMENSIONAMENTO

**Art. 11** As vias públicas deverão ser dimensionadas tendo como parâmetros os seguintes elementos:

- I - pista de rolamento para veículos;
- II - pista de estacionamento para veículos;
- III - ciclovia com, no mínimo, 2,0 metros;
- IV - passeio para pedestre.

**Art. 12** As Vias de Estruturação Municipal deverão comportar no mínimo 12 metros, contendo:

- I - 2 (duas) pistas de rolamento para veículos de, no mínimo, 3,50 metros cada;
- II - 2 (duas) pistas de acostamento para veículos de, no mínimo, 2,50 metros cada;
- III - faixa *non aedificandi* de 15 metros em cada lado.

**Art. 13** As Vias Arteriais ou de Estruturação Urbana deverão comportar no mínimo 20,00 metros, contendo:

- I - 2 (duas) pistas de rolamento para veículos de, no mínimo, 3,50 metros cada;
- II - 2 (duas) pistas para estacionamento de veículos de, no mínimo, 2,75 metros cada;
- III - 2 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 3,00 metros cada;
- IV - Canteiro central de, no mínimo, 1,5 metros.

**Art. 14** As Vias Coletoras urbanas deverão comportar no mínimo 17,00 metros, contendo:

- I - 2 (duas) pistas de rolamento para veículos de, no mínimo, 3,00 metros cada;
- II - 2 (duas) pistas de estacionamento para veículos de, no mínimo, 2,50 metros cada;
- III - 2 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 3,00 metros cada.

**Art. 15** As Vias Locais deverão possuir, no mínimo, de 15 m (quinze metros), contendo:

- I - 2 (duas) pistas de rolamento para veículos de, no mínimo, 2,50 metros cada;
- II - 2 (duas) pistas de estacionamento para veículos de, no mínimo, 2,00 metros cada;



III - 2 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 3,00 metros cada.

**Art. 16** As Vias Marginais deverão comportar no mínimo 20,00 metros, contendo:

- I - 2 (duas) pistas de rolamento para veículos de, no mínimo, 3,00 metros cada;
- II - 1 (uma) pista de estacionamento oblíquo para veículos de, no mínimo, 5,0 metros, no lado das edificações;
- III - 1 (uma) pista para ciclovia de, no mínimo, 3 metros, no lado da rodovia ou fundo de vale;
- IV - 2 (dois) passeios para pedestres de, no mínimo, 3,00 metros cada.

**Art. 17** Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário ou ferroviário estadual ou federal será obrigatória a reserva de uma faixa *non aedificandi* de 15 m (quinze metros) para a implantação de via margeando a rodovia ou ferrovia, a exceção quando houver um plano especial da via definido pela Prefeitura.

**Art. 18** Quando do licenciamento ou da expedição de alvará para o funcionamento de atividades ou execução de obras é obrigatório à reserva de faixa para o alargamento previsto na faixa de domínio.

**Art. 19** As caixas de ruas dos novos loteamentos deverão observar as diretrizes viárias e continuidade das vias existentes, devendo ter dimensionamento adequado às funções a que se destinam.

**Art. 20** As caixas de ruas dos prolongamentos das vias estruturantes ou arteriais e coletoras poderão ser maiores que as existentes, a critério do Executivo Municipal.

### SEÇÃO III DA CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA

**Art. 21** A determinação das vias preferenciais, no sentido dos fluxos da organização e das limitações de tráfego, deverá obedecer às diretrizes estabelecidas na presente Lei, consubstanciadas em seu Anexo II, cabendo ao Executivo Municipal a elaboração do Projeto de Sinalização Urbana, bem como projetos definindo as diretrizes viárias e as readequações geométricas necessárias.

**Art. 22** Caberá ao Poder Público Municipal o disciplinamento do uso das vias de circulação no que concerne:

- I - ao estabelecimento de locais e horários adequados e exclusivos para carga e descarga e estacionamento de veículos;
- II - ao estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga e de produtos perigosos;
- III - a adequação dos passeios para pedestres onde estão localizados os serviços públicos como escolas, terminal rodoviário, casa da cultura e outros, de acordo com as normas de acessibilidade universal, em especial as diretrizes formuladas pelo Decreto Federal nº 5.296/04, que regulamenta as leis federais de acessibilidade nº 10.048 e 10.098/00.

**Parágrafo único.** A implantação de atividades afins e correlatas às referidas no caput do artigo poderão ser realizadas em conjunto com órgãos de outras esferas governamentais.

**Art. 23** O desenho geométrico das vias de circulação deverá obedecer as Normas Técnicas específicas pela ABNT.



#### SEÇÃO IV DOS PASSEIOS E ARBORIZAÇÃO

**Art. 24** Os passeios devem ser contínuos e não possuir degraus, rebaixamentos, buracos ou obstáculos que prejudiquem a circulação de pedestres;

**Parágrafo único.** A manutenção dos passeios será de responsabilidade dos proprietários dos lotes, cabendo ao Executivo Municipal efetuar a fiscalização de acordo com o Código de Obras.

**Art. 25** Nas esquinas, após o ponto de tangência da curvatura, deverá ser executada rampa para portador de necessidades especiais, conforme as normas especificadas pela NBR-9050 da ABNT.

**Art. 26** A arborização urbana terá uma distância média entre si de dez metros (10m), estando locada no terço externo do passeio.

§ 1º Quando uma árvore necessitar ser arrancada, uma nova deverá ser plantada o mais próximo possível da anterior.

§ 2º Em hipótese alguma poder-se-á deixar de plantar árvores em substituição às arrancadas, cabendo ao Executivo Municipal a fiscalização de acordo com o Código de Obras.

§ 3º Os passeios sem arborização receberão novas mudas de acordo com o Plano de Arborização Urbana.

#### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 27** O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática, o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

**Art. 28** A presente Lei, que regulamenta o aspecto físico do sistema viário, será complementada com o Projeto de Sinalização Urbana, em acordo com as disposições dos artigos anteriores e anexos desta Lei.

**Art. 29** As modificações que por ventura vierem a ser feitas no sistema viário deverão considerar o uso e ocupação do solo vigente na área ou zona, podendo ser efetuadas pelo Executivo Municipal, conforme prévio parecer técnico do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

**Art. 30** Os casos omissos da presente Lei serão dirimidos pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

**Art. 31** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal,  
Em 22 de Setembro de 2010.



**JOÃO ELINTON DUTRA**

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM 30/09/10.  
JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR



**ANEXO I – SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL**





**ANEXO II – SISTEMA VIÁRIO URBANO**

PUBLICADO EM 20/09/10.  
JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR

**LEGENDA**  
 FONTE: COPEL

- ..... DIVISOR D'ÁGUAS
- ..... DIRETRIZES VIÁRIAS
- ..... ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - APP
- ..... PERÍMETRO URBANO PROPOSTO
- ..... VIA ARTERIAL
- ..... VIA COLETORA
- ..... VIA LOCAL
- ..... VIA MARGINAL

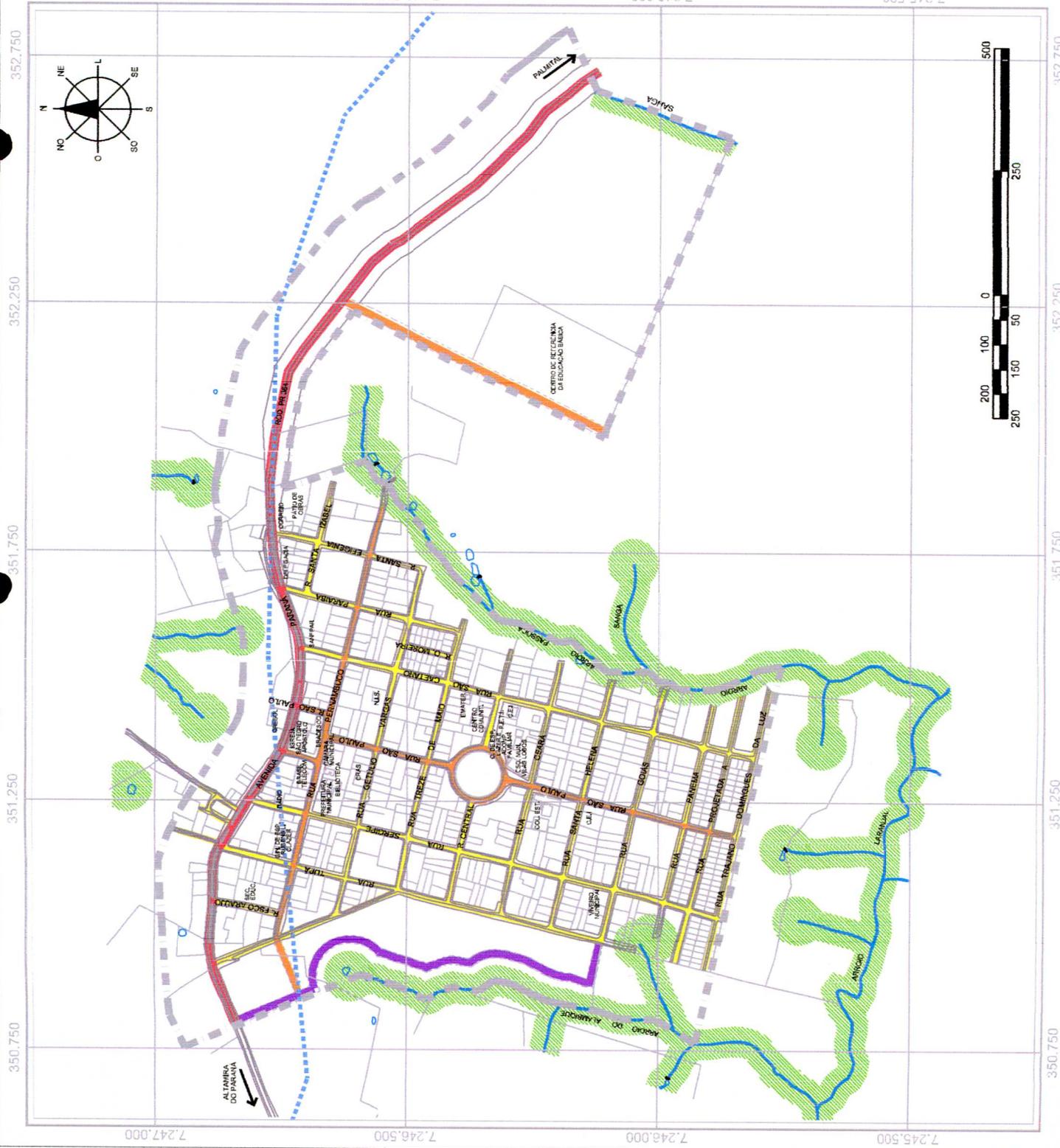
**PUBLICADO EM 30.09.10.**  
**JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR**

SEDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL  
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS  
 SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARACACIDADE

**MUNICÍPIO DE LARANJAL**  
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL**  
**Sistema Viário Urbano**  
**Anexo II**

Data: 2009

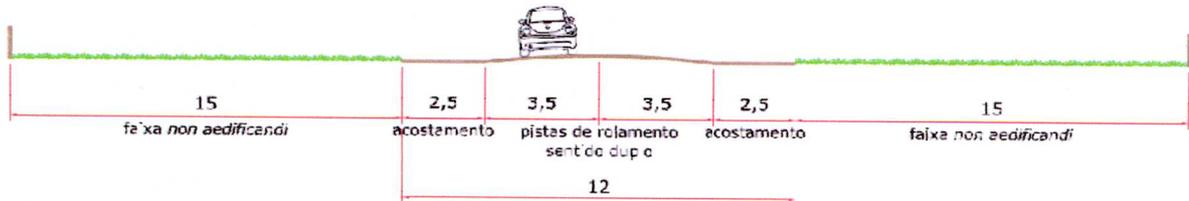
Consultoria contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**  
 Responsável Técnico:  
**Fernanda Lima Lanziani - CREA-PR 78872/D**



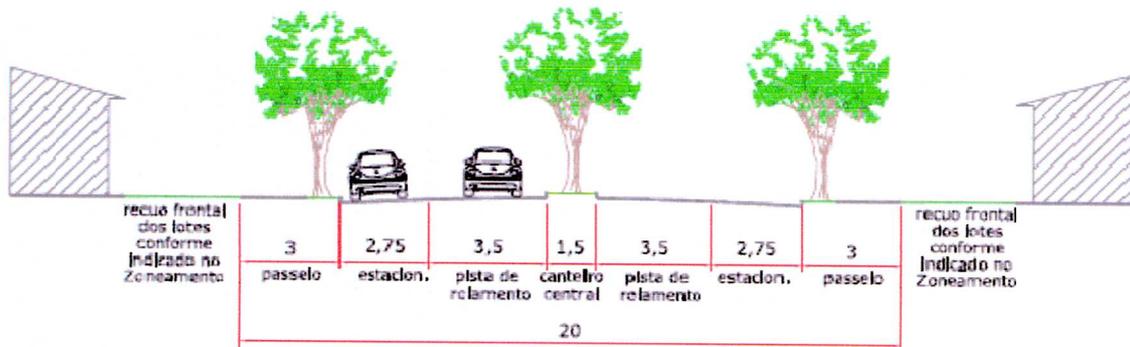


### ANEXO III – MODELOS DE VIAS

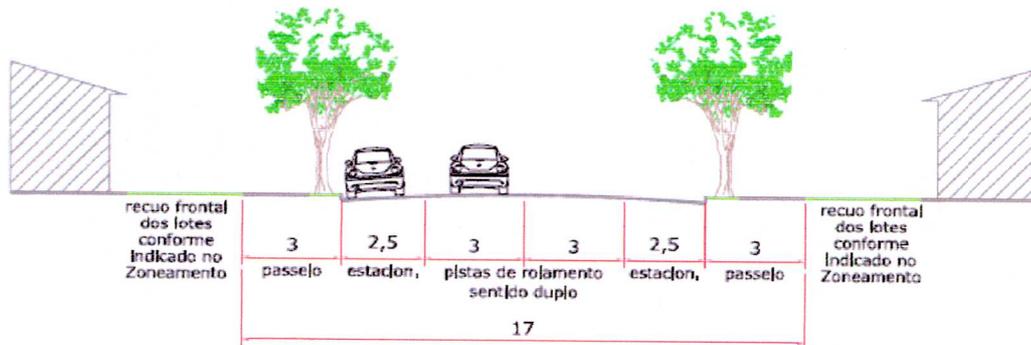
#### Vias de Estruturação Municipal



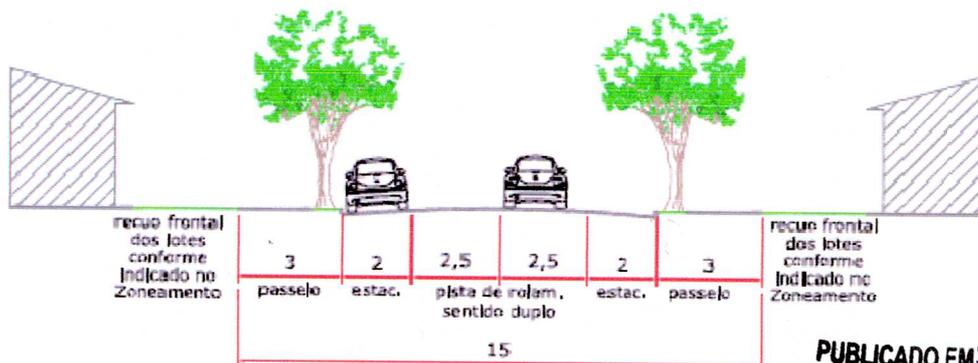
#### Vias Arteriais



#### Vias Coletoras



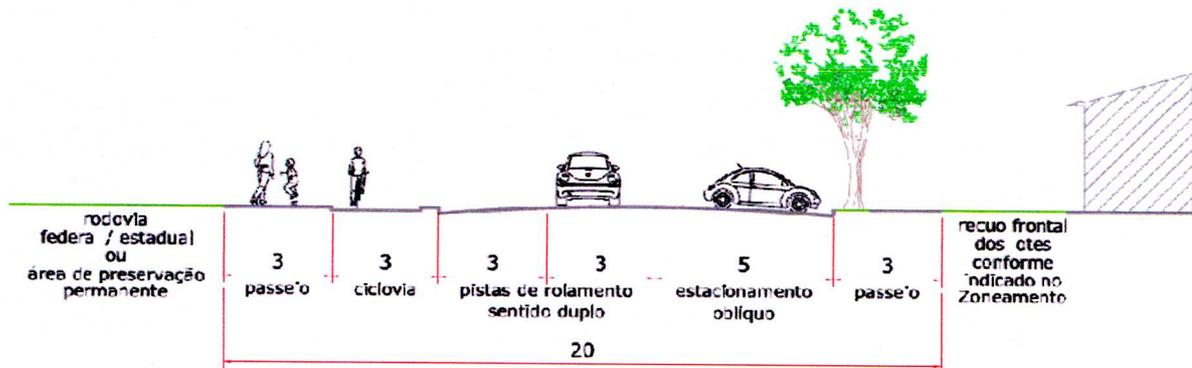
#### Vias Locais



PUBLICADO EM 30/09/10.  
JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR



### Vias Marginais



PUBLICADO EM 30/09/10.  
JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR